



SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA – PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO PROJETO PB RURAL SUSTENTÁVEL.

0



Assinado com senha por [COP71513] [SENHA] FLÁVIO MELO DE LUNA em 17/09/2024 - 15:25hs.
Documento Nº: 5661756.47640446-2867 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5661756.47640446-2867>



COPPRC202400653V01



SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

Sumário

1. Introdução	3
2. Objetivo da Contratação	3
3. Contextualização	4
4. Justificativa da Contratação	7
5. Requisitos Metodológicos	7
5.1 Objetivo do Relatório (BCR)	7
5.2 Avaliação de Resultados	10
6. Descrição das etapas para prestação dos serviços	13
7. Produtos e Atividades	14
7.1 Produtos	14
7.2 Atividades	15
7.3 Cronograma de Atividades e Produtos:	19
7.4 Forma de Apresentação e Aprovação dos Produtos:	20
8. Prazo de Execução	21
9. Qualificação da Consultoria e da Equipe Profissional.	21
10. Avaliação Técnica e Financeira	23
11. Supervisão	24
12. Execução e Vigência	25
13. Insumos e/ou Elementos Disponíveis	25
14. Custos	26
15. Despesas Reembolsáveis	26
16. Forma de Contratação	26
17. Fonte de Financiamento	26
18. Forma de Remuneração	27
..... ANEXOS	28
ANEXO 1 - CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO E AS DATAS-CHAVE	28





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

ANEXO 2 – FORMATO E CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO MUTUÁRIO (BCR).	29
ANEXO 3 – ASPECTOS A CONSIDERAR NOS ESTUDOS DE CASO.....	35
ANEXO 4 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE REDUÇÃO DE RISCOS AGROHIDROCLIMÁTICO.....	38
Metodologia proposta.....	40
Resultados e Produtos Esperados.....	40
ANEXO 05 - MATRIZ DE RESULTADOS DO PROJETO	41
ANEXO 06 - INDICADORES DA MATRIZ DE RESULTADOS DO PROJETO, FONTES DE DADOS E FOCALIZAÇÃO.....	43
ANEXO 07 - INDICADORES COMPLEMENTARES E DE EFEITOS ACORDADOS NA MISSÃO DE NOVEMBRO DE 2022	44





GOVERNO
DA PARAÍBA

1. Introdução

O presente Termo de Referência, elaborado pela Unidade de Gestão do Projeto PB Rural Sustentável, apresenta as orientações para contratação de consultoria especializada (pessoa jurídica) para realização de **pesquisa de avaliação final de resultados** nas organizações produtivas e famílias existentes na área de abrangência do Projeto e no seu entorno, em 222 municípios do Estado e **elaboração do Relatório de Conclusão do Mutuário** (*Borrower Completion Report - BCR*).

Nesse sentido esse o **Termo de Referência** é um documento que visa orientar a execução desse serviço, numa perspectiva de mensurar os resultados e mudanças alcançadas na vida das famílias e organizações produtivas beneficiadas pelo Subprojeto de Alianças Produtivas, por meio das Cooperativas de agricultores familiares e a elaboração do BCR.

2. Objetivo da Contratação

Contratar serviços de Consultoria - Pessoa Jurídica - para realizar a avaliação e elaboração do Relatório de Conclusão do Projeto PB Rural Sustentável do Governo do Estado da Paraíba, Acordo de Empréstimo 8639-BR, com a finalidade de apresentar o desempenho do Projeto durante sua execução, dando ênfase aos resultados, às estratégias adotadas, aos principais fatores que influenciaram a preparação e implementação do Projeto e as principais lições aprendidas.

O relatório deve ter o escopo e a qualidade analítica para fornecer ao Governo e ao Banco Mundial, bem como aos atores privados, um relato coerente e ponderado de todo o projeto, de forma a contribuir para melhorar as políticas públicas, o planejamento e novos projetos. Será, também, um importante documento de referência para o próprio relatório final do Banco Mundial (ICR), fornecendo informações e dados complementares e contribuindo para uma narrativa equilibrada sobre o desenho e a execução do Projeto.

O Banco Mundial como órgão financiador requer que o Governo do Estado, enquanto Mutuário, forneça um relatório com o detalhamento da execução do Programa -Projeto PB Rural Sustentável-, incluindo o desempenho das partes envolvidas no Acordo do Empréstimo, compreendendo a Entidade Implementadora do Programa (o Governo do Estado e suas agências participantes), e o Banco Mundial, de suas





GOVERNO
DA PARAÍBA

respectivas obrigações, integrantes dos Legais, além do cumprimento dos objetivos do Empréstimo.

Em cumprimento aos ditames acima, o Projeto Cooperar, enquanto Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), deverá elaborar e apresentar ao Banco Mundial o **Relatório de Conclusão do Mutuário** (*Borrower Completion Report - BCR*), contendo, *um plano que assegure a sustentabilidade das conquistas do Projeto, além de uma avaliação independente e abrangente do Mutuário sobre a implementação do Projeto.*

Vale ressaltar que, para que a execução do Projeto ocorresse de forma exitosa, foi necessária a realização de avaliações periódicas - Avaliações de Progresso - do desempenho da sua implementação, incluindo o alcance dos seus objetivos, bem como a identificação das causas subjacentes aos resultados que estavam sendo obtidos. Além dessas avaliações de Progresso, realizadas semestralmente pela equipe do Projeto, foi realizada a Revisão de Meio Termo (RMT), em 2021, cujo objetivo foi o de fornecer elementos, tanto para o governo estadual, como para a UGP e o Banco Mundial, que permitiram a identificação de experiências bem-sucedidas e de problemas de implementação, levando o Estado a realizar a 1.^a Reestruturação do Projeto em 2022 e a 2.^a em 2023.

A contratação de uma consultoria externa justifica-se pela necessidade de atender exigências contratuais e contar com a contribuição de profissionais externos competentes, com atuação imparcial, em conjunto com uma equipe de especialistas alinhada com o conteúdo do Projeto para realizar a avaliação final do Projeto composto por informações quantitativas e qualitativas.

3. Contextualização

O PB Rural Sustentável, projeto firmado entre o Governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), através do Acordo de Empréstimo 8639-BR, é executado pelo Projeto Cooperar, órgão da administração direta do estado, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS) com atuação em 222 municípios do Estado da Paraíba (à exceção do município de João Pessoa).





GOVERNO
DA PARAÍBA

O Projeto Cooperar está financiando as ações programadas em completa observância às normas e diretrizes do Manual Operativo do Projeto (MOP), pactuado com o Banco Mundial, incluindo as modificações realizadas nas três reestruturações realizadas. O Projeto Cooperar é, também, o Órgão responsável pela coordenação geral, desenvolvimento e execução das ações previstas, respondendo pela gestão financeira e o cumprimento das metas pactuadas e de toda sistemática de monitoramento e avaliação do desempenho da gestão do Projeto, bem como pelo fornecimento de demonstrativos e informações para o órgão financiador, além de outras atividades previstas no Acordo de Empréstimo e nas Diretrizes de Desembolso e Contratações.

O Projeto foi aprovado em outubro de 2017, iniciou sua implementação em 2019 e seu encerramento estava, inicialmente, previsto para dezembro de 2023. Com a prorrogação do prazo, aprovada por mais dezoito meses, seu encerramento se dará no final de 2025.

O Projeto PB Rural Sustentável insere-se num contexto territorial de acentuadas desigualdades sociais e econômicas, refletidas, sobretudo, nos indicadores de desenvolvimento humano de cada município, que se somam aos impactos ambientais das condições climáticas da região do semiárido brasileiro.

O Projeto adota a estratégia de visão integrada, que permite propor ações que estão no cerne da pobreza territorial. Essas ações visam promover o desenvolvimento socioeconômico no âmbito regional e territorial de forma integrada, ampliando a oferta de serviços básicos e o acesso a oportunidades de trabalho, como prevê todo o arcabouço legal nacional e estadual.

A avaliação ambiental do Projeto desenvolveu-se de acordo com as políticas de salvaguardas do Banco Mundial e a Legislação vigente em âmbito federal e estadual, bem como aplicando normas técnicas pertinentes ao Projeto, tendo como finalidade identificar os potenciais impactos ambientais, propondo medidas de controle, mitigadoras, compensatórias e potencializadoras.

O Projeto PB Rural Sustentável tem como objetivo central ampliar o acesso à água, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural pobre da Paraíba. Sob este propósito o Projeto está atuando através de quatro Componentes:





GOVERNO
DA PARAÍBA

Componente 1 – Fortalecimento Institucional

Este Componente objetiva melhorar a capacidade de implementação e garantir sustentabilidade aos investimentos das instituições participantes do Projeto: Associações Comunitárias (AC), Organizações de Produtores (OP), Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), entidades parceiras e prestadores de serviços, dentre outros, mediante a realização de eventos de informação e de capacitação, financiando ações que envolvem serviços de assessoria (consultorias e outros bens), cursos e custos operacionais.

Componente 2 – Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática

O Componente tem o objetivo de promover o acesso à água de boa qualidade, introduzir e disseminar tecnologias e práticas agropecuárias melhoradas e adaptadas às condições climáticas da região semiárida, acesso rural, com a construção de passagens molhadas, bem como criar um Sistema Estadual de Informação de Risco Agro-hidroclimático (SEIRA) para subsidiar o planejamento agropecuário do Estado, incluindo a indicação das áreas e épocas mais propícias para o plantio das principais culturas economicamente viáveis para o Estado.

A área de atuação do Componente 2 compreende a zona rural e/ou pequenos aglomerados urbanos com população de, até, 2.500 habitantes, dos 222 municípios da área do Projeto.

Componente 3 – Alianças Produtivas

O objetivo desse Componente é ampliar o acesso aos mercados dos agricultores familiares, através do financiamento de Alianças Produtivas, por meio de Subprojetos, como instrumento de ligação formal entre os produtores e os compradores públicos e privados, mutuamente acordados, tendo como meta de atendimento beneficiar, aproximadamente, 650 famílias de produtores rurais e 25 cooperativas. Os beneficiários diretos desse Componente são os agricultores familiares com DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) válidas e sem restrições com a União ou que atendam aos requisitos, que poderão receber apoio financeiro, através de suas Cooperativas de forma individual e coletiva.





GOVERNO
DA PARAÍBA

Componente 4 – Gestão, Monitoramento e Avaliação.

O Componente apoiará a UGP para implementar de forma eficiente e eficaz:

- a) Gerenciamento e coordenação do projeto;
- b) Monitoramento, avaliação e análise dos impactos;
- c) Administração fiduciária, controles internos e auditorias;
- d) Gestão de segurança, incluindo salvaguardas socioambientais;
- e) Avaliações financeiras e técnicas independentes dos Planos de Negócios das alianças produtivas;
- f) Ouvidoria; e
- g) Estudos relacionados aos projetos.

4. Justificativa da Contratação

As políticas públicas, programas e projetos são elaborados para provocar mudanças e alterar resultados. No entanto, uma das grandes dificuldades é a comprovação das mudanças e do alcance dos resultados. Neste bojo, o processo de avaliação é uma etapa fundamental, pois permite a mensuração das mudanças atribuídas a uma determinada intervenção, possibilitando o aprimoramento das iniciativas, sejam públicas ou privadas. Assim sendo, o processo de Avaliação Final do PB Rural Sustentável será composto por uma Avaliação de Resultados dentro do grupo de beneficiários para os componentes 1, 2 e 3 para subsidiar a elaboração do **Relatório de Conclusão do Mutuário** (*Borrower Completion Report - BCR*).

A Avaliação de Resultados quantitativa e qualitativa deve ser realizada através dos Estudos de Caso realizados nas principais linhas de atuação do projeto

5. Requisitos Metodológicos

5.1 Objetivo do Relatório (BCR)

- Avaliar os resultados obtidos com a implementação do Projeto, com base na revisão de toda a documentação do Projeto, estudos e avaliações.
(A lista completa de documentos de referência para apoiar a Consultoria pode ser consultada nos anexos deste TdR);





GOVERNO
DA PARAÍBA

- Extrair lições aprendidas, tanto em termos da gestão orientada a resultados, como em termos de sustentabilidade do Projeto e investimentos específicos realizados, de tal forma que estas possam ser aproveitadas para melhorar a elaboração e a execução de operações futuras, e de políticas de governo, e melhorar o desenho e a execução dos projetos do Banco Mundial na América Latina e em outras regiões do mundo;
- Fornecer provas/atribuições dos resultados e realizações do Projeto através de:
 - (I) estudos especializados que sirvam de subsídios para avaliar aspectos gerenciais, operacionais, fiduciários, estratégicos e relacionados às metas físicas e financeiras do Projeto; (II) trabalho de campo para determinar os efeitos e impactos do Projeto, utilizando metodologias apropriadas, seja avaliação de impacto, estudos de caso, pesquisas de percepção ou outras, dependendo do Componente; e (III) dados necessários para preparar Análises Econômicas e Financeiras (EFA) que serão utilizados na avaliação, por Componente;
- Subsidiar o Banco Mundial na elaboração do Relatório de Conclusão da Implementação (Implementation Completion Report - ICR) do Projeto;
- Analisar a concepção, desenho e evolução do Projeto, ao longo de sua execução:
 - I. Contexto econômico, estratégico e social, bem como os desafios dos Componentes e a justificativa para o financiamento do Projeto; e
 - II. Mudanças significativas nas atividades do Projeto, medição de resultados, arranjos de implementação e se estes foram mudados (por exemplo, através da reestruturação), benéficos para o Projeto e para a realização dos objetivos do projeto.
- Obs: Adicione um marcador sobre uma análise de **Relevância** contínua dos Objetivos de Desenvolvimento do Projeto, especialmente no encerramento. Os objetivos do projeto ainda eram relevantes e bem alinhados com as estratégias do Estado e do Banco nos setores do projeto até 2024? As prioridades mudaram?
- Analisar o cumprimento e eficácia do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto, com base nos Indicadores de Resultados e das Metas, complementados por evidências de avaliações, estudos de caso e/ou resultados de percepção;





GOVERNO DA PARAÍBA

- Analisar a eficiência econômico-financeira dos principais investimentos financiados, com análise de sensibilidade e incluindo a eficiência administrativa e da implementação do Projeto;
 - Identificar os principais fatores que influenciaram a preparação e a concepção do projeto, os problemas, fatores, restrições internos e externos - dentro ou fora do controle do Projeto/Governo - ocorridos no período de execução do Projeto, que afetaram o seu andamento, o que foi feito para resolvê-los, se foram resolvidos, como, e por quem;
 - Analisar o cumprimento das salvaguardas sociais e ambientais do Projeto, segundo as políticas do Banco Mundial, as estratégias e experiências de engajamento social e focalização do Projeto - incluindo acesso ao projeto e participação de grupos vulneráveis (povos indígenas e quilombolas) - em Componentes e Subcomponentes (1-3) do Projeto;
 - Analisar a participação das mulheres, como foram alcançadas pelo Projeto, evidências para mulheres em cargos de liderança e discutir os principais benefícios observáveis/mensuráveis para as mulheres;
 - Analisar a estratégia e os arranjos de direcionamento/focalização de investimentos/subprojetos, se estes se mostraram eficazes e quaisquer mudanças feitas durante a implementação;
 - Avaliar os arranjos e a capacidade institucional para a implementação do Projeto, no âmbito da gestão técnica, administrativa, financeira, aquisições, ambiental e social do Projeto;
 - Analisar os arranjos, prestação e eficácia de assistência técnica e treinamento para os beneficiários, a UGP e outras "stakeholders";
 - Identificar os riscos para os resultados do desenvolvimento, considerando cada linha principal de investimento, por Componente, e a sustentabilidade, técnica, financeira, institucional e/ou física no médio prazo;
 - Avaliar a qualidade e funcionalidade do sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto, em relação ao desenho, implementação e utilização dos produtos deste sistema;
 - Especificamente, analisar a qualidade e cobertura dos Indicadores da Matriz de Resultados (se forem SMART) - incluindo alterações introduzidas pela reestruturação - sua ligação lógica com o PDO, e se as metas eram apropriadas;
- e





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- Identificar e sistematizar as lições mais importantes aprendidas com a execução do Projeto: Reconhecer elementos que promovam o sucesso e/ou recomendar medidas para melhorar o desenho, a implementação, os impactos e a sustentabilidade dos investimentos similares no futuro. Para garantir sua relevância, certifique-se de que as Lições fluam, diretamente, das experiências e análises apresentadas ao longo do texto.

5.2 Avaliação de Resultados

A avaliação de resultados é um instrumento dinâmico para a política, programas ou projetos e está relacionada, diretamente, à revisão constante dos serviços, na perspectiva de melhorar os produtos e resultados. Assemelha-se ao processo de monitoramento já que este tipo de avaliação acompanha os indicadores chaves associados ao modelo lógico da política ou programa. Contudo uma avaliação de resultado é um processo mais amplo e deve mostrar as mudanças de curto prazo, ou de comportamento dos beneficiários sob diferentes dimensões, inclusive com auxílio de indicadores indiretos, caso seja necessário, ligados à intervenção analisada.

Este tipo de avaliação permite conhecer melhor a percepção e as formas de interação dos beneficiários finais, com relação à política implementada e os resultados alcançados. É importante destacar, que ao analisar as interações dos beneficiários com a política em questão, pode-se deparar com mudanças comportamentais não planejadas dos beneficiários, podendo este tipo de situação, interferir, diretamente nos resultados esperados.

Outro aspecto importante da avaliação de resultado consiste no uso das metodologias utilizadas para coleta de informações, que podem ser métodos quantitativos e ou qualitativos. Esses métodos podem utilizar observação local, estudos de caso e ou pesquisas, diretamente, com os beneficiários. O importante é analisar o “antes e o depois” que permitam fazer comparações dos resultados esperados com os efetivamente alcançados, seja ao longo do tempo da própria política, ou com outras políticas e programas similares, como forma de elucidar melhor os resultados identificados. Isto faz-se necessário, pois na avaliação de resultados não tem como mensurar a causalidade da intervenção nos resultados alcançados, já que não tem grupo controle. Nesse caso estes resultados podem estar contaminados por fatores externos.





GOVERNO DA PARAÍBA

No entanto, mesmo não podendo isolar o efeito causal, a avaliação de resultados dos Componentes 1 e 2 pode trazer elementos de resultados importantes e reflexões necessárias à avaliação final. No caso do Componente 2 foi realizada pesquisa de linha de base, com amostra das principais ações desenvolvidas pelo Componente. Estas foram organizadas em duas macros estratégias: ações de acesso à água e de acesso às tecnologias sociais. Para cada estratégia foi aplicado questionário específico, com as famílias, diretamente, beneficiadas, tendo como amostra 360 famílias oriundas de 206 associações em 118 municípios, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Amostra para Avaliação de Resultados do Componente.

AMOSTRA PARA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS -COMPONENTE 2			
Tipologias de ações	Nº de municípios na amostra	Nº de associações na amostra	Nº de famílias na amostra
Sistema de Abastecimento de água Completo-ADC	5	8	33
Sistema de Abastecimento de Água Singelo-ADS	5	6	19
Cisternas	72	135	171
Sistema com Dessalinizadores	14	19	59
Tecnologias Sociais	22	38	78
Total	118	206	360

Fonte: PB Rural Sustentável - GPMA, Linha de Base, 2024

No caso das ações de acesso rural (passagens molhadas) que, também, faz parte do Componente 2, não foi realizada linha de base com as famílias beneficiadas. Contudo é importante que seja realizada uma pesquisa amostral de satisfação dos beneficiários e ou um estudo de caso. Nesse caso, a ganhadora deste certame terá que definir a amostra da pesquisa, e ou do estudo de caso, e elaborar o instrumento de coleta de informações em comum acordo com a equipe do Projeto para em seguida aplicar. A meta de atendimento com a estratégia de acesso rural é de 23 mil famílias. Até o momento foram atendidas 118 associações, com 11,4 mil famílias em 101 municípios do estado.

Com relação ao Componente 1, as ações estão voltadas para o fortalecimento institucional das organizações produtivas beneficiadas, dos conselhos de controle social das políticas públicas voltadas para o rural e, também, das entidades e instituições parceiras. A proposta de avaliação deste Componente é analisar os





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

resultados para além do número de pessoas capacitadas, uma vez que, o processo de formação é fundamental no fortalecimento do capital humano e social das organizações. Nesse sentido, nos instrumentos de coleta (questionários) de informações para a linha de base, já tem perguntas relacionadas ao fortalecimento organizacional das organizações produtivas beneficiadas. Contudo faz-se necessário revisar essas informações e, se necessário, acrescentar novas perguntas, principalmente, com relação à satisfação dos beneficiários com as ações realizadas.

O relatório da Avaliação de Resultados deve conter a análise detalhada dos indicadores relativos ao Componente 1 e 2 contidos na Matriz de Resultados e no Plano de M&A do Projeto. Os indicadores principais objetos da análise dos resultados e efeitos visam observar as seguintes variáveis.

- Redução no tempo que as mulheres levam para buscar água para beber;
- Número de famílias que tratam água da cisterna antes de beber;
- Adoção de práticas agrícolas e ambientais sustentáveis;
- Aumento na produção dos agricultores (as) familiares;
- Famílias que aumentaram a diversidade de espécies vegetais e animais; e
- Melhora nutricional e segurança alimentar dos beneficiários.

Além dessas variáveis outras poderão ser observadas, principalmente as que possam complementar os indicadores principais ou que demonstrem pontos importantes para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Nesses casos é importante tentar elucidar, o máximo, a influência do Projeto nos achados. É importante frisar que as análises realizadas, sempre que possível, deverão ser desagregadas por sexo e ou etnia.

Em relação ao Modelo de Gestão de Abastecimento de água, a avaliação dos Resultados alcançados deve levar em consideração os seguintes indicadores:

- i. Quantos ADS/ADC/dessalinizadores estão pagando as taxas mensais?
- ii. Qual é o nível/percentagem de inadimplência?
- iii. Os operadores estão executando suas funções?
- iv. As associações comunitárias têm os registros contábeis das receitas;
- v. As associações têm poupado algum recurso;
- vi. Qual é o nível de satisfação em relação as condições de funcionamento do serviço de água; e
- vii. Qual é o nível de satisfação em relação ao apoio que recebem das prefeituras?





GOVERNO
DA PARAÍBA

O objetivo dos Estudos de Caso é demonstrar exemplos de subprojetos com resultados e impactos positivos, resultantes das ações do Projeto no campo. A Consultoria deverá apresentar uma proposta, contendo informações sobre como esses estudos serão realizados contendo, entre outras, informações sobre os critérios a serem adotados para a seleção dos subprojetos/comunidades, informações sobre as condições locais antes e depois dos investimentos, testemunhos e dados sobre os resultados, bem como, os procedimentos e métodos que serão utilizados nas pesquisas (fotos, filmagens, gravações, aplicação de questionários, etc.), ver Anexos 3 e 4.

6. Descrição das etapas para prestação dos serviços

a) Definir a Metodologia da Avaliação de Resultados: Nessa etapa a empresa deve propor o desenho da Avaliação dos Resultados dos Componentes 1, 2 e 3, levando em consideração as recomendações deste TdR.

b) Analisar Banco de Dados do Componente 2: Nessa etapa a empresa deve averiguar se os dados da linha de base atendem à avaliação dos indicadores estabelecidos para o Componente, listados nos anexos 5, 6 e 7, do Plano de M&A, propor ajustes a serem realizados na coleta de dados final, caso existam lacunas de informação. A fonte principal de informações deve constar no banco de dados coletado na linha de Base, no SIGMA e KOBO TOOLBOX.

c) Revisão da sistematização dos Dados e do Relatório da Linha de Base do Componente 2: A empresa deve fazer uma revisão na sistematização dos dados e analisar o Relatório da Linha de Base do Componente, revisando e indicando inconsistências, caso as encontrem.

d) Revisar os instrumentos de coleta de dados para a avaliação de resultados: A empresa deverá fazer a revisão dos instrumentos de coleta de informações referentes às ações do componente 1, 2 e 3 e, caso seja necessário deve fazer complementações. Também deverá desenvolver estes instrumentos em formato digital, em software livre, de modo a viabilizar a coleta dos dados por meio de equipamentos eletrônicos portáteis, que permitam coletar as coordenadas georreferenciadas dos domicílios da amostra da avaliação de resultados, caso não tenha sido coletado na linha de base. As coordenadas deverão seguir o padrão (na projeção UTM, datum SIRGAS 2000).





GOVERNO DA PARAÍBA

e) Definir amostra para Pesquisa de Satisfação e ou estudo de caso: com os beneficiários de todas as frentes de investimento do Projeto e elaborar instrumento de coleta (questionário) em formato digital, em comum acordo com a equipe do projeto.

f) Verificação para o Componente 1: Na revisão dos instrumentos de coleta do Componente 2 e 3 verificar se as perguntas já existentes dão conta de expressar os resultados do Componente 1.

Para o Componente 3 o projeto vai conduzir uma Avaliação de Impacto para o indicador: Aumento do valor médio bruto de vendas dos produtores nas Alianças Produtivas.

7. Produtos e Atividades

7.1 Produtos

Quadro 2 – Produtos e Atividades.

Produto	Atividade
Produto 1: Plano de Trabalho, e Metodologia para Avaliação do Projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões e entrevistas com gerentes e equipes da UGP, e demais Secretarias e/ou órgãos do Estado envolvidos no Projeto, e do Banco Mundial; • Revisão dos principais documentos do Projeto.
Produto 2: Estudo de Casos Exitosos, Avaliação dos Resultados alcançados, Pesquisas de Percepção, e Avaliação Econômica Ex-post dos principais investimentos por Componente/Subcomponente.	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta com método que será utilizado nas pesquisas e procedimentos a serem adotados para realização dos estudos contendo critérios a serem adotados para seleção dos subprojetos/comunidades. • Levantamento de informações sobre as condições locais antes e depois do investimento. <p>Análise econômica dos investimentos financiados pelo Projeto por subcomponente (incluindo Acesso à Água, Tecnologias Sociais, Acesso Rural, Sistema Estadual de Redução de Riscos Agro-hidroclimático (SEIRA) e Alianças Produtivas.</p> <p>Avaliação dos Resultados Elaboração de Estudos de Casos Exitosos dos Subprojetos, sendo:</p> <p>I) Estudos de Subprojetos de Acesso à Água: 5 ADS, 3 ADC manancial, 2 ADC com poço, 10 cisternas, 8 dessalinizadores;</p> <p>II) Dez estudos de Casos Exitosos do Subprojeto Passagens Molhadas de acordo com a metodologia a ser apresentada;</p> <p>III) Cinco estudos de Casos Exitosos dos Subprojetos de Tecnologias Sociais, um para cada tipologia, de acordo com metodologia a ser apresentada;</p>





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

	<p>IV) Três Estudos de Caso do Projeto de Alianças Produtivas (1 por cadeia produtiva), de acordo com metodologia a ser apresentada;</p> <p>V) Um Estudo de Caso do Sistema de Informações de Riscos Agroclimáticos – SEIRA; e</p> <p>VI) Um Estudo de Caso sobre o Modelo de Gestão de Abastecimento de Água.</p> <p>Avaliação dos Resultados alcançados, dos subprojetos financiados pelo Projeto, por Subcomponente.</p> <p>Condução de duas Oficinas por Subprojeto com grupos focais, para investigação da percepção dos beneficiários diretos dos Subprojetos, de acordo com metodologia a ser apresentada.</p>
Produto 3: Versão Preliminar do BCR.	<p>Produto 3.1</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Elaboração da versão preliminar do BCR; e ● Consolidação dos documentos revisados. <p>Produto 3.2:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Elaboração da versão preliminar 2, completa, do BCR para discussão; ● Avaliação dos resultados, avaliação econômica; e ● Oficinas de percepção dos beneficiários.
Produto 4: Versão Final do BCR.	<ul style="list-style-type: none"> ● Preparação e apresentação da Versão Final do BCR; e ● Elaboração e apresentação do Sumário Executivo do Relatório Final.

7.2 Atividades

Atividade 1 - Apresentação do Plano de Trabalho e Metodologia para Avaliação do Projeto.

O Plano de Trabalho deverá levar em consideração a seguinte estrutura e conteúdo:

1. Descrição da metodologia de trabalho e abordagem de resposta aos objetivos da consultoria;
2. Critérios analíticos e métodos de avaliação quantitativos e qualitativos;
3. Instrumentos de coleta de dados (questionários/outros) e estratégia de amostragem para coleta de dados primários e estrutura e composição de bancos de dados;
4. Composição da equipe técnica e responsabilidades de cada membro na execução dos produtos;





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

5. Identificação de atores-chave para entrevistas (entidades executivas, instituições e colaboradores do setor público e privado e beneficiários diretos e indiretos, entre outros);
6. Esboço da estratégia de coordenação e comunicação;
7. Estratégia para controle de qualidade das atividades e entrega dos produtos;
8. Cronograma que apresente todas as principais tarefas organizadas por produto, inter-relação/dependência de tarefas, e duração de cada tarefa.

Atividade 2 - Análise da Preparação e Implementação do Projeto.

- Leitura e análise dos documentos existentes no Projeto (a ser fornecidos à Consultoria);
- Lista de documentos de apoio (anexo 1);
- Reuniões e entrevistas com o Coordenador do Projeto e Gerentes do Planejamento, Operacional e Administrativo Financeiro. Além dos Gerentes Regionais, Coordenadores/as dos Componentes, equipe do Projeto e Consultores, assim como outras pessoas chaves envolvidas na preparação e/ou na implementação do Projeto;
- Reuniões técnicas com as equipes dos Componentes e Gerências Regionais. As informações prestadas serão fundamentais para as análises e conclusões mais precisas;
- Levantamento das atividades executadas pelo Projeto, por Componente/Subcomponente, comparando com as atividades planejadas, a justificativa e a eficácia, no caso de modificações (reestruturações);
- Avaliação dos resultados alcançados nos Subprojetos de Acesso à Água, Tecnologias Sociais, Acesso Rural, Sistema Estadual de Redução de Riscos Agro-Hidroclimático (SEIRA) e de Acesso a Mercados (Alianças Produtivas), incluindo fortalecimento Institucional e Modelos de assistência técnica adotadas e Modelo de Gestão de Abastecimento de Água;
- Análise Crítica do Projeto, com base no arquivo documental e entrevistas, preparação e implementação do Projeto, concentrando-se sobre:
 - (a) Contexto, justificativa e desenho da operação;
 - (b) Relevância dos Objetivos de Desenvolvimento do Projeto na entrada e no encerramento do Projeto (Relevância);
 - (c) Resultados e sua contribuição para o Projeto (Eficácia);





GOVERNO
DA PARAÍBA

- (d) Análise dos custos e benefícios, ou custo (efetividade) por Componente (Eficiência);
- (e) Causas/fatores que possam explicar o maior ou menor grau de convergência dos resultados alcançados com o Objetivo de Desenvolvimento do Projeto - ODP e os seus indicadores e metas;
- (f) Obstáculos e riscos que interferem na consecução e sustentabilidade dos investimentos realizados em prol dos objetivos de desenvolvimento do projeto (PDO); e
- (g) Lições Aprendidas.
- Levantamento dos treinamentos realizados para os beneficiários diretos e indiretos (agricultores familiares, equipe do Cooperar e Colaboradores), do Projeto, mostrando a estratégia, a execução física e a efetividade para promover o fortalecimento institucional das organizações rurais;
 - Levantamento dos eventos realizados em feiras de negócios, agropecuárias, e outros, mostrando a estratégia, a execução física, os atores envolvidos e a efetividade;
 - Análise dos custos (em reais e dólares americanos) e fontes de financiamento do Projeto, por Componente e Subcomponente, incluindo a contrapartida dos beneficiários;
 - Análise do Sistema de Informações, Gestão, Monitoramento e Avaliação (SIGMA), bem como da capacidade do Marco de Resultados para medir, adequadamente, os resultados e realizações do projeto;
 - Avaliação dos arranjos institucionais de implementação do Projeto, analisando em que medida eles contribuíram ou não para o cumprimento das metas e compromissos assumidos;
 - Determinação e definição das evidências de Fortalecimento Institucional, incluindo associações comunitárias, organizações de produtores e/ou instituições envolvidas;
 - Análise da eficiência operacional do Projeto - e cumprimento das regras do Banco Mundial - em aquisições, licitações e gerenciamento financeiro, vis-a-vis ao atingimento das metas físicas e financeiras no decorrer da sua implementação;
 - Levantamento do cumprimento das Salvaguardas Sociais e Ambientais do Projeto, segundo as políticas do Banco Mundial, as estratégias e experiências





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

de engajamento social e focalização do Projeto, em todos os Componentes e Subcomponentes.

- Levantamento da sustentabilidade do Projeto, incluindo arranjos e práticas para a Operação e Manutenção (O&M) dos Subprojetos e principais atividades, por Componente, acesso à assistência técnica contínua/permanente e orçamento recorrente.
- Levantamento das ~~as~~ mais importantes lições aprendidas e recomendações para orientar futuras propostas de financiamento, voltadas ao desenvolvimento sustentável da PB.

Atividade 3 - Avaliação Econômica Ex-post, Estudo de Casos Exitosos e Pesquisas de Percepção e/ou Satisfação.

Análise econômica e financeira ex-post de onze investimentos financiados pelo Projeto, por Componente/Subcomponente, a serem definidos pela UGP (com participação do Banco Mundial e outras partes). As EFAs serão baseadas em amostras representativas, simples e aleatórias de investimentos:

- Análise e estudo de quatro casos exitosos de Subprojetos de Acesso à Água, a serem definidos pela UGP, em consulta ao Banco Mundial e outras partes interessadas;
- Dez estudos de Casos Exitosos do Subprojeto Passagens Molhadas de acordo com a metodologia a ser apresentada;
- Análise de cinco Subprojetos de Tecnologias Sociais, a serem definidos pela UGP (em consulta ao Banco Mundial e outras partes interessadas);
- Análise e Estudo de Caso de Subprojetos do Componente 3 - Alianças Produtivas - sobre os efeitos dos investimentos nos empreendimentos em relação ao Acesso a Mercado e para os associados na ampliação da produção e de mercado;
- Avaliação, através da realização de duas Oficinas com grupos focais, a da percepção/nível e satisfação dos beneficiários diretos dos Subprojetos (com a participação do Banco Mundial/outros na elaboração dos questionários); e
- Um Estudo de Caso do Sistema de Informações de Riscos Agroclimáticos – SEIRA.





GOVERNO DA PARAÍBA

Atividade 4 - Elaboração da Versão Preliminar do BCR:

- Consolidação dos relatórios e estudos produzidos;
- Elaboração da Versão Preliminar do BCR do Projeto para discussão com a coordenação e técnicos do Projeto, bem como as demais partes envolvidas (Stakeholders' Consultation – ver abaixo). Os Estudos de Caso e Avaliação Econômica deverão ser incluídos como anexos ao BCR; e
- Elaboração e apresentação do Sumário Executivo (SE) do BCR (máximo 15 páginas). O SE será um apêndice ao ICR do Banco Mundial, necessitando, pois, ser sucinto, sintetizando, apenas, as principais constatações, resultados e lições, e um arquivo eletrônico contendo uma apresentação, em formato ppt, das principais atividades, resultados, conclusões e lições do BCR, a ser apresentado em evento aos gestores e beneficiários do Projeto.

Atividade 5 - Workshop de Apresentação do BCR:

- Das principais conclusões e resultados do BCR final em um workshop e Stakeholder Consultations a serem organizados em horário e locais acordados.

Atividade 6 - Elaboração e Apresentação da Versão Final do BCR:

- Preparação e apresentação de Relatório de Conclusão Final do Projeto (BCR), com base em um guia proposto pelo Projeto, que poderá ser ajustado mediante acordos entre as partes do contrato.

7.3 Cronograma de Atividades e Produtos:

Quadro 3 – Cronograma de atividades.

Cronograma de Atividades	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9
Atividade 1: Apresentação do Plano de Trabalho e Metodologia para Avaliação do Projeto.	P1								
Atividade 2: Análise da Preparação e Implementação do Projeto.		P2	P2	P2					
Atividade 3: Avaliação Econômica Ex-post, dos principais investimentos Estudo de Casos Exitosos e Pesquisas de Percepção e/ou Satisfação com metodologia proposta.			P3	P3	P3	P3			
Atividade 4: Versão preliminar do BCR.						P4			
Atividade 5: Workshop de Apresentação do BCR e Stakeholders Consultation.							P5	P5	
Atividade 6: Elaboração e Apresentação da Versão Final do BCR.								P6	P6





GOVERNO DA PARAÍBA

Nota: Mês (M) e Produto (P).

Todos os relatórios devem ter a aprovação do Coordenador Geral do Projeto e do responsável da Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. A documentação deve ser entregue em formato digital e impresso.

Todos os documentos que compõem os produtos deverão ser entregues em via impressa (duas cópias encadernadas), arquivos digitais por meio de CD ou DVD, em formato “pdf”, “doc”, “xls” e arquivo aberto para edição.

7.4 Forma de Apresentação e Aprovação dos Produtos:

- Os produtos deverão ser escritos em português e em inglês e entregues de acordo com o andamento das atividades. Caso haja necessidade de ajustes em quaisquer dos produtos, o consultor terá o prazo de dez dias para realizá-los;
- O Cronograma de Atividades e entrega de produtos poderá ser ajustado mediante entendimentos entre o consultor e a Contratante, desde que as alterações não acarretem prorrogação do prazo de execução do contrato;
- Os produtos exigidos nesse TdR deverão ser elaborados de forma descritiva completa, porém, objetiva, coesa e coerente, adotando linguagem de fácil compreensão. Deverão ser ilustrados com fotos, testemunhos, tabelas, gráficos, entre outros recursos. As fotos e testemunhos devem ser atribuídos e datados;
- Os arquivos deverão ser fornecidos abertos para formatação e sem senha de proteção, incluindo arquivos inseridos no corpo do texto dos relatórios (tais como figuras, tabelas, gráficos, etc.) que devem ser entregues, também, em seu formato original;
- Os relatórios deverão ser elaborados no formato “docx” do Microsoft Word para texto, compatível com o pacote Microsoft Office 2010. As planilhas e fichas de campo deverão ser elaboradas no formato “xls” do Microsoft Excel, compatível com o pacote Microsoft Office 2010, incluindo as planilhas inseridas no corpo do texto de relatórios;
- Os Bancos de Dados deverão ser elaborados no formato “xls” do Microsoft Excel, compatível com o pacote Microsoft Office 2010;
- As fotos, imagens, gráficos, mapas etc. inseridos no corpo do texto de relatórios deverão ser entregues separados, em seus formatos digitais originais e com atribuição (nome, lugar, data, organização, subprojeto/investimento) quando relevante;
- As fotografias deverão ser registradas em alta resolução e disponibilizadas em formato original “jpeg” ou “png”, e em arquivos nomeados com identificação e organizadas em pastas digitais quanto à data, local do empreendimento e situação retratada; e
- A formatação dos documentos deverá observar - em termos gerais - o modelo a ser fornecido pela contratante. Os dados deverão vir indicados, com relação às





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

referências bibliográficas em forma de Banco de Dados, citadas e listadas, também, no formato ABNT ou similar.

8. Prazo de Execução.

O prazo para execução das atividades será de nove meses, contados a partir da assinatura do contrato, obedecendo ao Cronograma de Execução do Item 06.

9. Qualificação da Consultoria e da Equipe Profissional.

A Consultoria deverá ter a seguinte qualificação mínima:

- Experiência demonstrada em avaliação de projetos financiados por Organismos Internacionais, e em políticas/programas públicos;
- A equipe da Consultoria deverá incluir profissionais com formação acadêmica e experiência em relação aos investimentos realizados pelo Projeto; e
- A empresa de consultoria será contratada mediante Processo de Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor - SQC, conforme Diretrizes para Seleção e Contratação de Consultores Financiados por Empréstimos do BIRD e Crédito & Doações da AID pelos Mutuários do Banco Mundial.

Necessita-se, para o desenvolvimento dos trabalhos da Consultoria, do seguinte quadro especializado:

Quadro 4 – Funções.

Função	Quant	Formação Acadêmica	Experiência
Coordenador da Equipe: Especialista em Avaliação de Projetos/Programas.	01	Requerida Nível Superior em Ciências Econômicas, Sociais Aplicadas, Políticas Públicas. Complementar Pós-graduação em qualquer área de avaliação de projetos e políticas públicas.	Geral: Mínima oito anos de experiência comprovada em avaliação de projetos/políticas públicas. Específica: - Experiência na implementação de metodologias para avaliação de projetos/políticas públicas; - Experiência na gestão de equipe técnica e/ou de pesquisa em projetos de desenvolvimento
Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável.	01	Requerida Nível Superior em Ciências Econômicas, Sociais Aplicadas ou Ciências Agrárias Complementar Pós-graduação em qualquer área de avaliação de projetos e políticas públicas na área desenvolvimento regional sustentável.	Geral: Mínima seis anos de experiência comprovada em avaliação de projetos e/ou Políticas públicas. Específica: -Experiência em avaliação de, pelo menos, três Projetos e/ou políticas públicas na área de desenvolvimento regional sustentável





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

Especialista em Gestão de Processos.	01	Requerida Nível Superior em Administração, Contabilidade, Tecnologia da Informação, Estatística, Economia ou engenharia de Produção Complementar Pós-graduação em qualquer área de Gestão de Processos e Projetos	Geral: Mínima seis anos de experiência comprovada em modelagem organizacional no setor público. Específica: -Experiência em avaliação de processos de, pelo menos, três projetos e/ou políticas públicas.
Especialista em Avaliação Econômica de Projetos.	01	Requerida Nível Superior em Ciências Econômica Complementar Pós-graduação em qualquer área de avaliação de projetos e políticas públicas.	Geral: Mínima seis anos de experiência comprovada em avaliação econômica de Investimentos. Específica: -Experiência em avaliação econômica de, pelo menos, três projetos e/ou políticas pública de projetos sociais e do setor público.
Especialista em Gestão Ambiental.	01	Requerida Nível Superior em Geografia, Engenharia Florestal, Ciências Sociais, Agronomia, Meio ambiente, Engenharia Ambiental ou Ciências Agrárias Complementar Pós-graduação em Gestão Ambiental.	Geral: Mínima de 06 (seis) anos de experiência comprovada na avaliação de projetos e/ou políticas públicas. Específica: -Experiência na avaliação de pelo menos 3 Projetos e/ou políticas públicas de investimentos na área de salvaguardas ambientais.
Especialista em Gestão Social.	01	Requerida Nível Superior em Geografia, Ciências Sociais Complementar Pós-graduação em qualquer área de avaliação de projetos e políticas públicas	Geral: Mínima de seis anos de experiência comprovada em avaliação de projetos e/ou Políticas públicas. Específica: -Experiência na avaliação de, pelo menos, três projetos e/ou políticas públicas de investimentos de controle social de políticas públicas e metodologias participativas
Especialista em Recursos Hídricos (Acesso à Água)	01	Requerida Nível Superior em Engenharia Civil ou Engenharia Hídrica Complementar Pós-graduação em qualquer área de avaliação de projetos e políticas públicas na área de Recursos Hídricos.	Geral: Mínima de seis anos de experiência comprovada em avaliação de projetos e/ou Políticas públicas. Específica: -Experiência em, pelo menos, três projetos em planejamento e implementação de ações hídricas na área rural;
Especialista Setorial: Agricultura.	01	Requerida Nível Superior em Ciências Econômica ou Ciências Agrárias	Geral: Mínima de seis anos de experiência comprovada em avaliação de projetos e/ou





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

		<p>Complementar Pós-graduação em qualquer área de avaliação de projetos e políticas públicas na área de Agricultura</p>	<p>Políticas públicas. Específica: -Experiência em avaliação de, pelo menos, três projetos e/ou políticas pública na área de agricultura</p>
--	--	--	---

10. Avaliação Técnica e Financeira

A empresa selecionada será aquela que apresentar a proposta de menor custo, desde que no seu portfólio demonstre capacidade técnica e operacional para executar os serviços de que trata este Termo de Referência.

A Comissão de Avaliação do PB Rural Sustentável avaliará as Propostas Técnicas com base na sua adequação ao Termo de Referência e à S SQC, empregando os critérios de avaliação, os subcritérios e o sistema de pontos especificado na folha de dados. A cada Proposta adequada será dada uma pontuação técnica. Uma Proposta será rejeitada neste estágio caso não esteja de acordo com aspectos importantes da SQC ou não alcance a pontuação técnica mínima indicada na folha de dados.

A Comissão de Avaliação será formada e nomeada por especialistas, que trabalhará individualmente e avaliará a Proposta Técnica apresentada pelas empresas, atribuindo notas de 0 a 10 aos itens considerados como pontos fortes e fracos, de cada item, justificando-os.

A empresa que obtiver a maior nota final (média ponderada da Proposta Técnica, com peso de 70, e a menor Proposta Financeira) será considerada vencedora. Caso haja fracasso nessa etapa, será chamada a segunda colocada e, assim, sucessivamente.

A Proposta deverá incluir, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- A composição da equipe de pessoal que a empresa se propõe a manter no trabalho e as atribuições para cada membro da equipe;
- Prazo e Cronograma Físico de execução dos serviços;
- Capacidade operacional para realização dos trabalhos; e
- Experiência da Empresa em outros trabalhos similares.

Em caso de empate na pontuação, será selecionada a empresa que obtiver maior pontuação no item c. Permanecendo o empate será selecionada aquela com





GOVERNO
DA PARAÍBA

maior número de profissionais qualificados. Se, mesmo assim, ainda, permanecer o empate, será selecionada aquela com maior tempo de experiência na atividade.

A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Portfólio que comprove ter experiência anterior com esse tipo de trabalho ou semelhantes;
- b) Curriculum Vitae atualizado dos técnicos que compõem a equipe;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas– CNPJ;
- d) Documentos que comprovem a sua legalidade (endereço, contrato social ou estatuto social, dentre outros); e
- e) Dois envelopes contendo, separadamente, as propostas técnica e financeira para realização dos trabalhos objeto deste Termo de Referência.

11. Supervisão

Os trabalhos serão supervisionados pela Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP/Cooperar, responsável pela avaliação dos produtos e acompanhamento dos trabalhos realizados pela Consultoria.

A UGP poderá convocar reuniões, periodicamente, para avaliar o progresso, e o bom desempenho dos trabalhos e versões preliminares para que ajustes e correções possam ser discutidos e acordados.

Se os produtos não forem considerados aceitáveis ou totalmente satisfatórios, devido à deficiência no trabalho da Consultoria, ou não estão em conformidade com os requisitos estipulados nos termos aqui propostos ou nas diretrizes do Projeto, a Consultoria deverá fazer os ajustes necessários sem custo adicional para o Governo do Estado.

Ao receber o Relatório, a UGP deverá aprová-lo ou se manifestar sobre o seu conteúdo em até dez dias úteis.

O contratado deverá manter sigilo acerca de seu trabalho, dos documentos e informações a que tenha acesso no cumprimento de suas obrigações.





GOVERNO
DA PARAÍBA

12. Execução e Vigência

Para a execução eficiente dos serviços, as atividades associadas à Consultoria serão gerenciadas a partir do Projeto Cooperar, nas dependências da UGP, localizada na Av. Pres. Epitácio Pessoa, 4756 - Cabo Branco, João Pessoa – PB. A execução e vigência do contrato será de 09 meses a partir da data de sua assinatura.

13. Insumos e/ou Elementos Disponíveis

Serão disponibilizados à Consultoria contratada os seguintes insumos:

- Carta Consulta aprovada pela Secretaria de Assuntos Internacionais;
- Manual Operativo do Projeto-MOP, incluindo seus anexos;
- Acordo de Empréstimo N° 8639-BR;
- Documento de Avaliação do Projeto (PAD);
- Ajudas à Memórias para Missões de supervisão do Banco Mundial;
- Documentos de Reestruturação do Projeto (Project Papers);
- Planos de Aquisição e Plano Operativo Anual-POA;
- Diretrizes de aquisições e contratações do Banco Mundial;
- Salvaguardas Sociais e Ambientais do Banco Mundial;
- Documentos de Missões de Supervisão realizadas pelo Banco Mundial tais como Ajudas à Memória;
- Documentos dos Subprojetos objeto dos Estudos de Caso e respectivos Planos de Negócios;
- Documentos dos investimentos a serem avaliados economicamente;
- Relatórios de visitas de campo;
- Relatórios semestrais de progresso;
- Relatório de Avaliação de Meio Termo do Projeto;
- Estudos de Impacto, Estudo de Desempenho Físico, Estudo de Gênero, dentre outros;
- Relatórios de Auditoria Anuais;
- Relatório Final de Salvaguardas Sociais do Projeto;
- Relatório Final de Salvaguardas Ambientais do Projeto;
- Relatórios de Execução Física e Financeira e IFRs;
- Relatórios de Eventos e Capacitações realizadas pelo Projeto;





GOVERNO
DA PARAÍBA

- Publicações, notícias, vídeos, estudos e informações produzidos pelo Projeto, incluindo produtos de consultorias correlatas, vídeos ou relatos de eventos do Projeto;
- Modelo de Relatório de Avaliação de Projetos; e
- Demais documentos de referência do Projeto.

14. Custos

Todos os custos estimados para a realização dos serviços de consultoria deverão constar na Proposta Financeira, apresentada pela empresa.

Por outro lado, serão de responsabilidade da empresa contratada as despesas de viagens e transportes referentes às visitas e reuniões necessárias para viabilização das atividades propostas neste Termo de Referência.

15. Despesas Reembolsáveis

As despesas reembolsáveis compreendem todos os gastos, devidamente, aplicados no trabalho da Consultoria e, comprovadamente, necessários para as atividades contidas no Termo de Referência.

16. Forma de Contratação

A contratação para esses serviços será baseada na modalidade de Seleção Baseada nas Qualificações do Consultor - SQC, de acordo com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Financiamento de Projetos de Investimentos do Banco Mundial. De acordo com o Artigo 1º, parágrafo terceiro da lei 14.133.

17. Fonte de Financiamento

Os custos da Consultoria serão financiados com recursos do Acordo de Empréstimo 8639-BR – Projeto PB Rural Sustentável (Governo do Estado) – conforme previsto no Plano de Aquisições, no Documento de Avaliação do Projeto (PAD) e no Manual Operativo do Projeto. A dotação Orçamentária para essa contratação será: Código de Despesa 22.122.5294.4417- Elemento de Despesa 4490.35 – Fonte 754 – Operações de Crédito.





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

18. Forma de Remuneração

O pagamento da empresa contratada ocorrerá mediante a apresentação dos Produtos definidos neste Termo de Referência (item 5.1), com a entrega aprovada pelo Gestor do Contrato, em conformidade com a realização das atividades descritas. O pagamento por Produto será realizado da seguinte forma:

Quadro 5 – Forma de remuneração.

Produto	Pagamento
1.Plano de Trabalho e Metodologia de Avaliação	20%
2.Avaliação Econômica Ex-post; Estudos de Caso; e Pesquisas de Percepção e Satisfação	30%
3. Versão Preliminar do BCR	20%
4. Versão Final do BCR	30%
	100%





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

ANEXOS

ANEXO 1 - CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO E AS DATAS-CHAVE

CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO	DATAS-CHAVE
Carta-Consulta (COFIEIX)	Maio de 2014
Lei Estadual Autorizativa para Negociação do Empréstimo	24/06/2015
Recomendação da COFIEIX	24/08/2014
Missão de identificação	13 a 17/10/2014
Missão de appraisal	11 a 15/01/2016
Aprovação pela Diretoria do Banco	20/10/2017
Aprovação no Senado Federal	26/02/2019
Data da Assinatura	13/03/2019
Data de lançamento	19/03/2019
Data do 1º desembolso	18/06/2019
1ª reestruturação do projeto	08 Junho de 2022
Carta de aprovação do Banco (1ª reestruturação)	Outubro 2022
2ª Reestruturação do Projeto (Resolução COFIEIX nº xx/20xx)	Janeiro de 2023
Carta de aprovação do Banco (2ª reestruturação)	Junho 2023
3ª Reestruturação do Projeto (Resolução COFIEIX nº xx/20xx)	Julho de 2023
Carta de aprovação do Banco (3ª reestruturação)	Setembro 2023
Data de fechamento atual	15 Junho de 2025
DETALHES DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO	
Nome do Projeto	PARÁIBA RURAL SUSTENTÁVEL
Nome Fantasia	PB RURAL SUSTENTÁVEL
Número do Acordo de Empréstimo	Empréstimo 8639-BR
Mutuário	Governo do Estado da Paraíba
Agente Financiador	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial
Garantidor	República Federativa do Brasil
Coordenação Geral do Projeto	Projeto Cooperar
Valor do Projeto	US\$ 80,000,000
Valor do Empréstimo	US\$ 50,000,000
Valor da Contrapartida	US\$ 30,000,000
Categoria de Empréstimo	Financiamento de Projeto de Investimentos (Investment Project Financing - IPF)
Período de Amortização	30 (trinta) anos, incluindo o período de carência – 360 (trezentos e sessenta) meses – amortização constante





GOVERNO DA PARAÍBA

Prazo de Carência	05 (cinco) anos - 60 (sessenta) meses
Prazo para Desembolso	05 (cinco) anos, mais o período de graça de 04 (quatro) meses, após a data de fechamento do Empréstimo.
Comissão de Abertura de Crédito	Financiada com Fundos do Empréstimo US\$ 125,000
Moeda da Conta Designada	Reais
Prazo da Vigência	5 (cinco) anos
Auditoria Externa	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

ANEXO 2 – FORMATO E CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO MUTUÁRIO (BCR).

O seguinte Resumo Sumário sugere a estrutura para o Relatório de Conclusão do Mutuário (RCM, em inglês *Borrower Completion Report (BCR)*) para o projeto, incluindo exemplos dos tipos de informações essenciais para que o Banco e outras partes possam ter uma melhor compreensão quanto a perspectiva do Mutuário sobre o Projeto e o Mutuário tenha um registro e referência da experiência para entender e aprender as lições-chaves para planejamento de futuras operações/projetos.

Este resumo serve, apenas, como orientação/referência e não deve ser visto como um conjunto rígido de exigências ou um guia completo sobre o conteúdo. Embora o conteúdo e o formato do RCM fiquem a critério do Mutuário, no final ele deve conter e fornecer as informações e dados importantes e que possam servir como base para preparação e enriquecimento do Relatório Final do Banco (o ICR). Importante notar que a abordagem fundamental é de comparar o que foi prometido no PAD, Acordo de Empréstimo e documentos de reestruturação, com o que aconteceu na prática.

O RCM deve incluir todas as fases do Projeto e ser uma apresentação clara, equilibrada e analítica. Deve-se evitar uma narrativa exaustiva e concentrar nos principais resultados, dados, fatos/fatores influentes incluindo o contexto (que pode mudar ao longo do tempo), conformidade (quando relevante), os riscos que potencialmente afetam a sustentabilidade dos investimentos do projeto e seus resultados, e as lições principais associadas ao projeto.

É essencial que os resultados descritos possam ser atribuídos, diretamente, aos investimentos do projeto e que as evidências apresentadas sejam organizadas em torno dos resultados objetivos não de seus Componentes, que são os meios para atingir os resultados. Entretanto, seria válido, também, discutir e atribuir importantes efeitos indiretos (co-benefícios) e inovações, caso tenham ocorrido e se forem relevantes. O Relatório deve ilustrar afirmações importantes, sobre os resultados, com os dados disponíveis (os indicadores do Marco de Resultados) e outros dados avaliativos de estudos de impacto, estudos de caso e/ou de percepção. O Mutuário deve incluir quaisquer outros aspectos que enriquecem a narrativa, procurando manter uma visão analítica em todo o documento.

A estrutura a seguir é puramente sugestiva e a empresa do BCR é livre para organizar seu relatório como achar melhor. No entanto, também sugere conteúdo que não deve





GOVERNO DA PARAÍBA

ser omitido. (Para informação, a empresa também receberá uma cópia das diretrizes do Banco para seu próprio relatório ICR, e, claro, tem os Termos de Referência). Como regra geral, o Texto Principal não deve exceder 75-100 páginas para ser eficientemente legível e o relatório pode incluir qualquer número de anexos que forneçam análises mais detalhadas de aspectos específicos do projeto. Nesse caso, alguns anexos podem ser setor-específicos com importantes análises e esclarecimentos adicionais.

Estrutura do RCM:

- 1) Capa: Nome e número do Projeto, identidade dos autores, órgão responsável, data, etc.
- 2) Lista de Abreviaturas e Siglas;
- 3) Índice;
- 4) Sumário Executivo (SE, máx. 10-15 páginas); e
- 5) Texto Principal (corpo do documento, máx. 75 páginas).

1. CONTEXTO

Explicar, sucintamente a perspectiva do Mutuário sobre o contexto, em termos dos desafios enfrentados, no estado no momento da preparação do projeto - especialmente os desafios enfrentados pelos agricultores familiares - a origem do projeto e a sua justificativa. Isso deve incluir a conexão com as políticas e estratégias setoriais e, projetos similares/relacionados apoiados pelo BM e outros multilaterais (se relevante) no estado, anteriormente. Será importante discutir como um projeto surgiu e por que foi considerado a melhor opção naquele momento. Esta parte do relatório fornece a justificativa para o design selecionado e o tamanho do empréstimo.

Objetivos de Desenvolvimento (PDO) e Componentes:

- **Objetivos de desenvolvimento do projeto** (em inglês, PDO), utilizando a versão constante no Acordo do Empréstimo, e os Indicadores de Objetivo/Desenvolvimento conforme indicado no PAD;
- **Resumo/sumário dos Componentes, conforme** indicado no PAD, e uma descrição de como e para quem os benefícios do projeto deveriam ser direcionados (focalização); e
- Importante notar como o PAD definiu os beneficiários.

Mudanças e Ajustes Significativos:

- Um resumo das mudanças mais importantes durante a vida do projeto, comparado com o que tenha sido planejado durante a preparação (PAD) e o motivo/justificativa para cada uma das mudanças: PDO, indicadores e/ou metas, Componentes/atividades, responsabilidades institucionais, data de fechamento, custos.





GOVERNO
DA PARAÍBA

- A fonte principal será os “Restructuring Papers” e *Amendment Letters* ou *Notice Letters*, preparados pelo Banco; e
- As mudanças ou ajustes poderão ser apresentadas em tabelas/matriz no texto principal ou em um anexo.

2. RESULTADOS FÍSICOS (Outputs):

- Para cada Componente/Subcomponente, recomenda-se fazer um resumo das atividades que foram, efetivamente, implementadas (baseado no PAD e levando em conta as mudanças efetuadas no projeto nas reestruturações). O resumo de “outputs” pode ser elaborado em formato de tabela/matriz com comentários sobre desempenho e status ao final do projeto;
- NOTA: Esses dados e informações (outputs) estão vinculados ao Marco de Resultados, mas representam o nível mais básico, abaixo dos dados de Resultados Intermediários. Presume-se que o Mutuário tenha registrado essas informações básicas no SIGMA durante o período do projeto; e
- Descrever o Plano, atividades (se possível e relevante) o Orçamento para finalizar obras não-concluídas antes da data de fechamento.

3. ALCANCE DO PDO POR RESULTADO OBJETIVO

A. Relevância do PDO:

- Os Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (*Project Development Objective - PDO*) mantiveram relevância até o fim do projeto, baseado em temas específicos, nas estratégias atuais do Banco (*Country Partnership Framework/Country Partnership Strategy*) e setorial do Governo, ou perderam relevância? Os motivos podem incluir uma mudança na estratégia ou prioridades do governo devido as eleições, condições econômicas, ou coisas como uma pandemia ou eventos climáticos.

B. Eficácia - Alcance do PDO:

- O relatório deve focar na análise dos Resultados Objetivos (RO) do Projeto
- Deve-se apresentar cada RO separadamente, e registrar substantivamente se eles foram atingidos ou não, baseado nos Indicadores de Objetivo, nos Indicadores Intermediários e, qualquer outra evidência e dados relevantes que podem complementar e/ou fortalecer a análise;
- A participação de grupos vulneráveis – mulheres e povos indígenas - deve ser desagregada, conforme indicado nos indicadores selecionados;
- A análise nessa parte poderá ser apoiada pelo trabalho da equipe BCR no campo usando metodologias aceitáveis e aplicação de questionários, entrevistas, estudos de percepção e de caso;
- Importante descrever sucintamente a metodologia/sistema utilizada para definir, coletar, organizar e analisar os dados/informações; e
- É altamente importante deixar claro como os benefícios/resultados do projeto podem ser atribuídos diretamente ao projeto, e separadamente, benefícios indiretos (como “co-benefícios” do projeto).





GOVERNO
DA PARAÍBA

C. Eficiência do Projeto:

- A análise nessa parte será apoiada pelo trabalho da equipe no campo – reuniões, aplicação de questionários, entrevistas etc. - e com orientação pelos economistas do Banco para assegurar a coleta de dados relevantes para uma análise metodologicamente rigorosa; e
- Importante também analisar/incluir eficiência administrativa do projeto (aspectos de desenho e implementação que contribuíram para - ou reduziram - eficiência) e e uma análise de sensibilidade.

D. Outros Resultados e Impactos:

Essa parte avalia efeitos ou impactos do projeto – não incluídos na análise acima – pretendidos e não-pretendidos, positivos e negativos, poderia incluir impactos no gênero e povos vulneráveis, mobilização de recursos privados (de beneficiários ou organizações de produtores/outros), e redução de pobreza e prosperidade compartilhada.

4. FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE AFETARAM A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO:

- Resumo dos principais fatores que afetaram positivamente ou negativamente a trajetória do projeto através do tempo;
- No caso de fatores negativos, o que foi feito para resolvê-los, por quem (instituição, entidade, Banco/ outro), e se esses esforços obtiveram sucesso;
- No caso de fatores positivos, como e eles influenciaram os resultados;
- Os fatores devem ser organizados do seguinte modo:

(a) Fatores Durante a Preparação:

Complexidade/nível de ambição do desenho (aspectos técnicos, financeiros e institucionais); adequação de focalização; identificação de riscos e medidas de mitigação; objetivos realísticos; Marco de Resultados alinhado com os objetivos do projeto e plano apropriado para monitoramento; atividades adequadas e bem estruturadas com lógica operacional clara e prontidão para implementação;

(b) Fatores Durante a Implementação:

Fatores dentro do controle do Governo e/a UGP e demais executores: grau de compromisso e liderança oficial; capacidade institucional, recursos humanos, grau de colaboração interinstitucional; oferta e /especialização de ATER e capacitação (incluindo para comercialização de produção); coordenação, planejamento e monitoramento do projeto; aspectos orçamentários/fiscais e fiduciários (gerenciamento financeiro e de licitações, conformidade com salvaguardas); governança e políticas (efeitos das mudanças em decorrência das eleições); receptividade e/ou grau de organização e capacidade dos produtores/beneficiários e outros stakeholders; qualidade e disponibilidade de serviços técnicos, ATER e capacitação; e, aspectos legais e de regulamentos.





GOVERNO
DA PARAÍBA

Fatores sob controle do Banco Mundial: qualidade de supervisão e apoio ao projeto (orientação técnica, suporte para M&A, reestruturação etc.); Ajuda Memórias, relatórios e comunicação adequada; e capacidade de resposta às preocupações do cliente.

Fatores fora do controle do governo e/ou UGP/outras entidades: aspectos macroeconômicos; efeitos das taxas de câmbio do Real/USD durante a vida do projeto (com gráfico); conflitos e desastres naturais (secas, inundações, pandemia, outro).

5. CUSTOS DO PROJETO E FINANCIAMENTO

- Discutir variações nos custos dos componentes/subcomponentes específicos, ou tipos de atividades, comparando com as estimativas iniciais do PAD e do AF, explicando as causas/razões para estas variações;
- Quantificar a contribuição dos beneficiários, descrevendo a maneira como eles contribuíram e, demonstre as variações entre tipos/classes de atividades e produtores/grupos, se for o caso;
- Preparar uma tabela – por Componente e Subcomponente, (não por categoria de gasto) em USD, demonstrando os custos do projeto conforme estimados no PAD e custos atualizados, ao fim do projeto; e
- Preparar uma tabela mostrando o financiamento pelo Banco, Mutuário e Beneficiários – comparando o PAD com o fim do projeto.

6. QUESTÕES DE COMPLIANCE, DESEMPENHO DO MUTUÁRIO E RISCOS

Monitoramento e Avaliação:

- Discutir o desenho e desempenho do Monitoramento e Avaliação (M&A), comparando o desempenho com as expectativas específicas do PAD. Importante notar que o plano para M&A no PAD especificou temas, resultados e metodologia desejáveis, que poderiam ser a base para os questionários a ser preparados pela empresa;
- Descrever problemas ou elementos-chaves, averiguando a qualidade do M&A. Por ex: Houve uma equipe específica dedicada a M&A do projeto e recebeu capacitação, orientação do Banco?
- O sistema SIGMA funcionou bem em termos de gerenciamento/administração do projeto, das atividades fiduciárias etc.?
- Qual é o plano para divulgar/disseminar os resultados do projeto? Já havia disseminação de resultados durante a implementação, com quais objetivos e para quais stakeholders.

Salvaguardas

Para cada Salvaguarda aplicada ao Projeto, deve-se descrever, brevemente, a conformidade (*compliance*), o desempenho, os desafios encontrados e como foram resolvidos/ou não, além dos casos de sucesso em relação ao cumprimento das salvaguardas.





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

Aspectos Sociais:

- Processos de engajamento das equipes do projeto/outros do governo com a população beneficiária.
- Dados e informações disponíveis para demonstrar como o projeto beneficiou mulheres e povos indígenas.
- Processos e resultados dos critérios de priorização, elegibilidade e seleção dos beneficiários durante a implementação do projeto.

Desempenho e Desenvolvimento Institucional:

- Evolução da UGP e demais Secretarias/Instituições estaduais envolvidas, através da capacitação/apoio durante a implementação do projeto;
- As instituições envolvidas receberam alguma que realmente promoveu crescimento na capacidade?
- As organizações de beneficiários demonstram evolução e maturação institucional? Forneça exemplos;
- Os beneficiários, ou as organizações de beneficiários, receberam serviços de ATER/capacitação, para que tipo de atividade, frequência, e quem prestou os serviços.

Sustentabilidade/Riscos:

- Expectativas do PAD sobre prováveis fatores de sustentabilidade foram realísticas;
- Elencar fatores (técnicos, institucionais, econômico/financeiro, social, aspectos políticos e de estratégias, incentivos, riscos naturais e outros que sugerem sustentabilidade dos investimentos após 2-3 anos do fechamento do projeto; e
- Levantamento de arranjos, planos, capacitações, entidades e pessoas responsáveis, e/ou fontes de recursos (relevantes), para operar e manter os investimentos dos Componentes pós-fechamento.

Desempenho do Banco Mundial e do Mutuário:

- Discutir, separadamente, o desempenho do Banco Mundial e do Mutuário em termos de, onde relevante, qualidade de apoio durante todas as fases do projeto, incluindo: resolução de problemas, orientação de aquisições e FM, salvaguardas, questões técnicas, administrativas e operacionais, e M&A; e
- Há áreas em que o Banco ou o Mutuário poderiam ter sido mais construtivos? Por exemplo, as reestruturações foram adequadas - poderiam ter feito mais?

7. LIÇÕES APRENDIDAS:

- Lições aprendidas durante a execução do projeto que podem melhorar o desenho de um projeto futuro (as lições podem ser técnicas, operacionais, institucionais, sociais, metodológicas, desenho de projeto, relacionamento com o Banco, e/ou qualquer outro aspecto que seja relevante).





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

8. TABELAS, GRÁFICOS E OUTROS:

- Custo total por Componente e Subcomponente, incluindo contrapartida do Governo e beneficiários (separadamente), em US\$ milhões;
- Tabela que quantifique as fontes financeiras, inclusive dos beneficiários;
- Tabela de resultados (outputs) por Componente e Subcomponente (atividades)
- Matriz de resultados, baseada por Indicador de Resultado e Indicadores Intermediários, baseada na última versão dos indicadores e subindicadores, e com uma definição de cada indicador e como foi mensurado;
- Tabelas que mostrem as mudanças no projeto e no Marco de Resultados através do tempo;
- Tabela com demanda total para as principais tipologias de investimento, demandas aprovadas, e demandas financiadas e finalizadas para os investimentos principais;
- Tabela listando, em termos de demanda, beneficiários atuais e financiamento atual, por tipo de investimento, tipo de beneficiário, e por Componente/Subcomponente;
- Tabela detalhando ATER e capacitação por tipo, frequência, quem recebeu e quem forneceu; e
- “Boxes”: Como o anexo inserido no texto principal – com depoimentos dos beneficiários (se relevante e disponíveis) e outros stakeholders - sobre casos de sucesso, e quais foram os fatores mais importantes.

9. MAPAS E FOTOS

Mapas e fotos selecionadas (opcionais), e depoimentos de líderes/membros das organizações beneficiadas e outros stakeholders (ex. executivo municipal, cooperativas, setor privado). Os mapas devem mostrar regiões / áreas de concentração do projeto por exemplo.

10. ANEXOS

Anexos são sugeridos para explicações mais detalhadas de certos aspectos do Projeto e para agrupar tabelas, gráficos, depoimentos etc.

ANEXO 3 – ASPECTOS A CONSIDERAR NOS ESTUDOS DE CASO.





GOVERNO
DA PARAÍBA

Esses aspectos gerais devem ser ajustados de acordo com a tipologia do estudo

1. Descrição do contexto do caso a ser investigado:

- Contexto e quadro geral do investimento do ponto de vista local e estadual.
- Áreas e programas de intervenção. Compromisso com a sustentabilidade ambiental.
- Mapeamento dos principais atores e instituições. Atores e agentes-chave vinculados à organização. Grau de capital social.
- Situação-problema ex ante.
- Perfil produtivo da Organização. Contexto produtivo local. (Existência de cadeias, aglomerados, setores produtivos);
- Perfil dos beneficiários com Acesso à Água, para cada tipologia. Acesso Rural e Tecnologias Sociais.

2. Características do caso a ser estudado:

- Visão organizacional consensual e estratégia da organização/Metas.
- Modelo de gestão da organização. Grau de articulação com atores públicos e privados em nível territorial: setor público local, setor privado, instituições da sociedade civil, ONGs. (Veja o setor financeiro formal/informal).

3. Principais objetivos do projeto da organização: (Trata-se de destacar os aspectos substantivos do projeto proposto). Dentre eles, alguns podem ser citados como:

- Relação do projeto com as políticas e planos estratégicos locais (avaliação da utilização dos ativos e capacidades existentes no território).
- Desenvolvimento do capital social na organização e grau de articulação com as instituições do território.
- Grau de fortalecimento institucional da organização.
- Estabelecimento de mecanismos institucionais adequados para a articulação e participação dos produtores e suas organizações.
- Apropriação dos conhecimentos necessários para a incorporação, como atores sociais e econômicos, no território.
- Vinculação com a organização com setores e cadeias de valor.
- Identificação de mercados potenciais e estratégias desenvolvidas para acessá-los, quando for o caso.





GOVERNO
DA PARAÍBA

- Acesso da organização e associados a instrumentos de financiamento com o objetivo de alavancar as atividades produtivas.
 - Aumento da produção da organização, melhoramento da qualidade dos produtos, diversificação da oferta de produtos/serviços.
 - Ações desenvolvidas que dão visibilidade e empoderam mulheres e jovens.
4. Realizações e indicadores - resultados e avaliação econômica:
- Mudanças de perspectiva e atitude (e aptidão) dos atores locais. Maturidade da iniciativa.
 - Indicadores de processo e impacto.
 - Sustentabilidade temporária da iniciativa de desenvolvimento rural uma vez terminado o apoio externo.
 - Avaliação econômica ex-post do investimento realizado
5. Lições aprendidas: Recomendações para replicabilidade ou adaptações da metodologia de intervenção em iniciativas de desenvolvimento rural em outros territórios (Recuperadas da “voz” dos próprios entrevistados e de informações secundárias existentes).
6. Temas para reflexão: Derivados do estudo de caso (surgidos da própria análise do consultor).
7. Testemunhas de beneficiários e/ou líderes e técnicos locais, incluindo mulheres, jovens e grupos étnicos.





GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO 4 – METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE REDUÇÃO DE RISCOS AGROHIDROCLIMÁTICO

Este anexo apresenta as orientações para a realização de estudo da Avaliação de Resultado do Sistema de Informações de Riscos Agrohidroclimáticos, implantados nas 23 regiões geoadministrativas do estado da Paraíba, numa perspectiva de mensurar os resultados e mudanças alcançadas na vida dos técnicos e produtores rurais com a implantação e disseminação dessa ferramenta.

Em âmbito mundial, observa-se uma crescente demanda por informações e serviços que englobam questões agroclimáticas e hidrológicas, que, na sua concepção, mostram-se extremamente necessárias ao desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma determinada região. O conhecimento de elementos agrícolas, hidrológicos e climáticos é componente essencial para o embasamento de tomadas de decisão e na prática de gestão de riscos agrícolas.

No Brasil, por ser um país continental e apresentar condições favoráveis ao desenvolvimento agrônomo, sobressai a expressiva produção e exportação dos mais diversos produtos agrícolas. Todavia, devido à sua grande extensão territorial, é pertinente que ocorram adversidades climáticas que venham a afetar direta ou indiretamente nesta cadeia de produção. Dentre os fatores climáticos, a seca é o que pode causar maior impacto. As deficiências hídricas, associadas aos períodos de estiagem durante a estação chuvosa, constituem uma das principais causas das quebras de safras no País, principalmente nos Estados da região Nordeste do Brasil, causando altos índices de perdas na agricultura e endividamento do setor rural.

Muito embora apresente pequena extensão territorial, o estado da Paraíba dispõe de tipos climáticos variados, condicionados pelo relevo, e são, altamente, dependentes da distribuição espacial e temporal das chuvas. A forte irregularidade pluviométrica do Estado ocasiona graves prejuízos, especialmente na produção de alimentos. Isto faz com que haja a necessidade de se aperfeiçoar a produtividade das culturas, a partir da aplicação de tecnologias adaptadas à realidade local.

Na atualidade, existem ferramentas que permitem aos gestores dos sistemas produtivos incorporarem melhores informações referentes à disponibilidade de água e previsão dos parâmetros climáticos e à integração dessa informação para definir zoneamentos de culturas agrícolas. Assim, a partir do conhecimento das variabilidades climáticas locais e da espacialização regional de elementos condicionantes, pode-se





GOVERNO
DA PARAÍBA

definir regiões de aptidão climática e épocas mais adequadas de sementeira, como forma de diminuir os efeitos causados pela instabilidade climática e reduzir perdas do setor produtivo.

A necessidade de avaliar o projeto SEIRA decorre da importância de entender a eficácia e a eficiência das suas atividades, identificar pontos de melhoria e assegurar que os objetivos do projeto sejam atingidos.

Essa avaliação, também, é crucial para garantir a qualidade do produto disponibilizado e ter o alcance de suas ferramentas e principais usuários, afim de subsidiar o planejamento agropecuário do Estado, incluindo a indicação das áreas e épocas mais propícias para o plantio das principais culturas economicamente viáveis para o Estado.

A avaliação deverá abranger as seguintes áreas:

Avaliação do Sistema de Informações de Riscos Agroclimáticos

Objetivo: Avaliar a funcionalidade, confiabilidade e utilidade do Sistema de Informações de Riscos Agroclimáticos.

Atividades:

- **Revisão Técnica:** Análise da arquitetura do sistema, base de dados e algoritmos utilizados;
- **Verificação de Dados:** Avaliação da precisão e atualidade das informações fornecidas pelo sistema;
- **Experiência do Usuário:** Avaliação da interface e da experiência geral dos usuários com o sistema; e
- **Comparação com o Mercado:** Comparar com sistemas similares e identificar oportunidades de melhoria.

Resultados Esperados: Relatório de avaliação do sistema com recomendações detalhadas para aprimoramento e evolução tecnológica.

Avaliação da Capacidade de Usos e Alcance do Projeto

Objetivo: Avaliar como o projeto está sendo utilizado e seu impacto nos usuários-alvo.





GOVERNO
DA PARAÍBA

Atividades:

- **Estudo de Adoção:** Análise de como diferentes grupos de usuários estão adotando e utilizando o projeto.
- **Pesquisa de Satisfação:** Coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre a satisfação dos usuários.
- **Estudo de Impacto:** Avaliação dos impactos tangíveis e intangíveis do projeto na tomada de decisões e no gerenciamento de riscos.
- **Barreiras e Oportunidades:** Identificação de barreiras ao uso e sugestões para maximizar o impacto.

Resultados Esperados: Relatório abrangente sobre o uso e impacto do projeto, com recomendações práticas para aumentar o alcance e a eficácia.

Metodologia proposta

A metodologia deve englobar:

1. **Revisão Documental:** Análise de documentos, relatórios e materiais de comunicação do projeto;
2. **Entrevistas e Grupos focais:** Discussões com stakeholders, usuários e especialistas;
3. **Pesquisas:** Aplicação de questionários e coleta de feedback direto dos usuários; e
4. **Observação Direta:** Quando possível, observar o uso das plataformas e do sistema em contextos reais.

Benchmarking: Comparação com práticas e sistemas similares no mercado.

Resultados e Produtos Esperados

Relatório: Incluindo análise técnica, comparação de mercado e sugestões de melhorias; análise de adoção, impacto e barreiras ao uso; integrando todos os achados e recomendações em um documento único.





GOVERNO DA PARAÍBA

ANEXO 05 - MATRIZ DE RESULTADOS DO PROJETO

Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (reestruturação)		
O objetivo do Projeto é de melhorar o acesso a recursos hídricos, reduzir a vulnerabilidade agroclimática e aumentar o acesso a mercados da população rural do Estado da Paraíba (o mutuário).		
Esses resultados estão em Nível do Objetivo do Projeto		
Indicadores do Desenvolvimento do Projeto		
Nome do Indicador	Linha de Base	Meta Final
1- Número de pessoas em áreas rurais com acesso à água melhorado graças ao Projeto (Base) - (Quantidade)	38.000	90.337
2- Beneficiários que adotaram alguma tecnologia agrícola/acesso rural promovida pelo Projeto (Base) - (Quantidade)	0	5.000
3- Beneficiários que adotaram alguma tecnologia agrícola promovida pelo Projeto – mulher (Base) - (Quantidade, detalhamento)	0	1.500
4- Aumento do valor médio bruto de vendas dos produtores nas Alianças Produtivas (Porcentagem)	0	20
5- Sistema de Informações Agroclimáticas em operação (Sim/Não)	não	sim
6- Número de famílias que tiveram o acesso rural melhorado (investimentos em passagem de água e melhorias pontuais)	0	23.600
Indicadores de Resultados Intermediários (reestruturação)	Linha de Base	Meta Final
1- Beneficiários diretos do Projeto (Número de pessoas) – (Base)	160.388	307.700
2- Beneficiárias Mulheres (Porcentagem) – (Base)	30	30
Componente 1 - Fortalecimento Institucional	Linha de Base	Meta Final
3- Investimentos e subprojetos com procedimentos institucionais de operação e manutenção estabelecidos (%)	0	125





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

4- Modelo Estadual de Gestão Comunitária para os Sistemas de Abastecimento de Água Rural (GSA) implantados (sim/não)	Não	Sim
Componente 2 - Acesso a recursos hídricos e redução de vulnerabilidade agroclimática	Linha de Base	Meta Final
5- Investimentos de acesso à água e dos subprojetos de redução de vulnerabilidade implementados, por tipo (Quantidade)	0	1.100
6- Número de famílias beneficiadas pelos investimentos de acesso à água e dos subprojetos de redução de vulnerabilidade agroclimática (Quantidade)	0	39.100
7-Número de famílias que tiveram o acesso à água potável (considera todos os investimento de acesso a água)	0	3.325
8- Número de famílias que acessaram projetos de tecnologia social para diminuir a vulnerabilidade agroclimática	0	1.358
9- Número de famílias que tiveram o acesso rural melhorado (investimentos em passagem de água e melhorias pontuais)	0	23.668
10 - Sistema de Informações sobre Riscos Agroclimáticos desenvolvido (Sim/Não)	Não	Sim
Componente 3 - Alianças Produtivas	Linha de Base	Meta Final
11- Empreendimentos apoiados em funcionamento após 12 meses do investimento do projeto (percentual)	0	26
12- Subprojetos das Alianças Produtivas implementados (Quantidade)	0	26
13- Número de produtores beneficiados diretos dos Subprojetos de Alianças Produtivas (Quantidade)	0	650
14- Número de mulheres produtoras beneficiadas pelos Subprojetos de Alianças Produtivas (Quantidade)	0	195
15- Compradores/investidores em potencial identificados pela Agência de Promoção Empresarial (CINEP) - Quantidade	0	60
Componente 4 - Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto	Linha de Base	Meta Final
16- Retorno sobre as queixas relacionadas à execução do projeto (%) (Porcentagem) – (Base)	0	100
17-Queixas relacionadas à entrega de benefícios do projeto	0	60
18-Dados da linha de base e de acompanhamento coletados sistematicamente	não	sim





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

ANEXO 06 - INDICADORES DA MATRIZ DE RESULTADOS DO PROJETO, FONTES DE DADOS E FOCALIZAÇÃO

Indicadores:		Fonte	Grupo	Focalização - PAD
PDO	1 - Número de pessoas em áreas rurais com acesso à água melhorado, graças ao Projeto	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Acesso a água e Redução da vulnerabilidade
	2 - Beneficiários que adotaram alguma tecnologia agrícola promovida pelo Projeto (Base)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Redução da Vulnerabilidade
	3 - Beneficiárias que adotaram alguma tecnologia agrícola promovida pelo Projeto – mulher (Base)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Redução da Vulnerabilidade
	4 - Aumento do valor médio bruto de vendas dos produtores nas Alianças Produtivas (Porcentagem)	Avaliação Impacto	beneficiário e controle	Alianças Produtivas
	5 - Sistema de Informações Agroclimático desenvolvido	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	
Indicadores de Resultados Intermediários (reestruturação)				
	1 - Beneficiários diretos do projeto (Número de pessoas)	Monitoramento	beneficiário	Todos
	2 - Beneficiárias Mulheres (Porcentagem)	Monitoramento	beneficiário	Todos
Componente 2. Acesso a recursos hídricos e redução de vulnerabilidade agroclimática				
	5- Investimentos de acesso à água e dos subprojetos de redução de vulnerabilidade implementados, por tipo (Quantidade).	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 2
	6- Número de famílias beneficiadas pelos investimentos de acesso à água e dos subprojetos de redução de vulnerabilidade agroclimática (Quantidade).	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 2
	7- Número de famílias que tiveram o acesso à água potável (considera todos os investimento de acesso a água)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 2
	8- Número de famílias que acessaram projetos de tecnologia social para diminuir a vulnerabilidade agroclimática.	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 2
	9- Número de famílias que tiveram o acesso rural melhorado (investimentos em passagem de água e melhorias pontuais).	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 2
	10- Sistema de Informações sobre Riscos Agroclimáticos desenvolvido (Sim/Não)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 2
Componente 3 – Alianças Produtivas				





GOVERNO DA PARAÍBA

3- Subprojetos das Alianças Produtivas implementadas (Por tipo e quantidade)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 3
4- Número de produtores beneficiados dos subprojetos de Alianças Produtivas (Quantidade)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 3
5- Número de mulheres produtoras beneficiadas pelos subprojetos de Alianças Produtivas (Quantidade, Detalhamento)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 3
6- Compradores/investidores em potencial identificados pela Agência de Promoção Empresarial (CINEP) – (Quantidade)	Monitoramento / Avaliação Final	beneficiário	Componente 3
7- Empreendimentos apoiados em funcionamento após 12 meses do investimento do projeto (percentual)	Avaliação EFA, Estudo de cadeias produtivas	beneficiário	Componente 3

ANEXO 07 - INDICADORES COMPLEMENTARES E DE EFEITOS ACORDADOS NA MISSÃO DE NOVEMBRO DE 2022

Indicadores de Desempenho, Efeito e Impacto
Componente 1 – Fortalecimento Institucional.
1 (Resultado) – Organizações Rurais capacitadas (número)
2 (Resultado) – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis capacitados (número)
3 (Resultado) – Prestadores de serviços técnicos capacitados (número)
Subcomponente 2a - Acesso a água.
4 (Efeito) – Redução no tempo que as mulheres levam para buscar água para beber
5 (Efeito) - Número de famílias que tratam água da cisterna antes de beber
Subcomponente 2a - Tecnologia Social.
6 (Efeito) – Adoção de práticas agrícolas e ambientais sustentáveis (porcentagem)
7 (Efeito) - Aumento na produção (porcentagem)
8 (Efeito) - Famílias que aumentaram a diversidade de espécies vegetais e animais (porcentagem)
9 (Efeito) Melhora nutricional e segurança alimentar dos beneficiários
Componente 3: Alianças Produtivas.
Efeitos e impactos nas Organizações Rurais
10 (Efeito) Ampliação do acesso a mercados pelos beneficiários do Subprojeto de Alianças Produtivas. (Indicador de desempenho 9)
11 (Efeito) Fortalecimento das Organizações Produtivas para o acesso a mercados (Indicador de desempenho 10)





SECRETARIA DE ESTADO
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



GOVERNO
DA PARAÍBA

12 (Efeito) Aumento no número de produtores participando das cadeias produtivas (fornecedores dos PN: sócios familiares, não sócios, fornecedores de outros OR integradas)
13 (Efeito) Empregos gerados na cooperativa (formais, informais, temporários, desagregado por gênero, jovens, PIPCT)
Efeitos e impactos no nível familiar
15 (Efeito) – Aumento na produção agropecuária
16 (Impacto) Aumento na renda total das famílias
Componente 4: Gestão. Monitoramento e avaliação.
17 (Efeito) Satisfação dos beneficiários com os serviços prestados pelo projeto – Avaliação Final.

